



MÁRIO RAMIRES

SEMANA A LIMPO

Balança sem pratos

«**N**OS casos especialmente censuráveis, em que haja culpa grave ou dolo, não faria sentido que fosse o dinheiro público a custear o seguro para evitar que as pessoas responsáveis pelo pagamento de indemnizações tivessem qualquer penalização económica». A declaração é de Alberto Costa, ministro da Justiça, que assim procurou justificar o não pagamento pelo Estado de um seguro de responsabilidade civil que cubra os riscos das decisões dos magistrados do Ministério Público (MP).

Alberto Costa já por diversas vezes deu provas de uma confrangedora falta de preparação técnica para devolver à Justiça a credibilidade e a autoridade indispensáveis. Ora, esta recusa do pagamento de um seguro aos procuradores do Ministério Público não só denota impreparação técnica, como também, e especialmente, falta de preparação moral.

Em primeiro lugar, os agentes do MP são os representantes do Estado na lide, obedecendo a uma hierarquia e às suas directivas. Assim sendo, não pode de forma alguma o Estado pretender, simplesmente, eximir-se de responsabilidades.

E o que o ministro defende traduz-se na desresponsabilização do Estado em relação aos seus agentes ou representantes. O que é inadmissível.

Alberto Costa e o PS têm qualquer coisa de epidérmico contra as magistraturas

Em segundo lugar, a tese de Alberto Costa resulta, em última análise, num hino à anarquia: por que há-de sujeitar-se o procurador às directivas do seu superior hierárquico, se, no final, é ele (pelos vistos, só ele) o responsável pela decisão?

A explicação do ministro da Justiça também não colhe por

outros motivos, legais e morais.

Ao contrário do que diz, é claro que faz sentido que o dinheiro público custeie o seguro dos agentes e representantes do Estado. Não para 'evitar que os responsáveis pelo pagamento das indemnizações tenham uma penalização económica' – até porque em caso de culpa grave ou dolo sempre haveria direito de regresso sobre eles e consequente procedimento disciplinar –, mas porque é ao

Estado que cabe assegurar à sociedade e aos cidadãos que os seus agentes ou representantes actuam de forma competente, rigorosa e isenta.

Por outro lado, por que razão o Estado assume o pagamento do seguro aos funcionários das Finanças e o nega aos do Ministério Público? Qual é o critério?

A expressão latina *ubi commoda, ibi incommoda* consagra o princípio da responsabilidade

aquele que tira partido do trabalho de outrem. E Alberto Costa não pode desconhecer-la.

MAS as declarações do ministro enfermam de outro e crasso erro: a generalização. Alberto Costa acha que o Estado não deve pagar o seguro aos procuradores da República – a todos; e não somente àqueles que, na sua infeliz apreciação, presuntivamente poderão agir com culpa grave ou dolo.

Ou seja, está a lançar sobre todos os magistrados uma terrível suspeição.

E esta suspeição enquadra-se numa atitude de persistente ataque às magistraturas – tanto do Ministério Público como judicial. E não apenas de Alberto Costa, mas deste Governo e do PS – com destaque para Ricardo Rodrigues, o deputado que em matéria de Justiça parece ter mais poder e influência do que o próprio ministro.

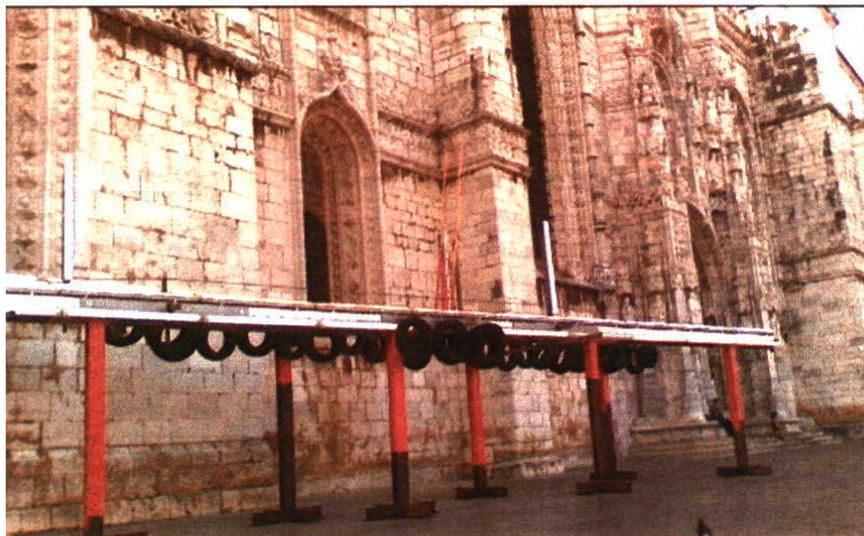
O PS, por tradição mas sobretudo desde o passado mais re-

cente, convive mal com os tribunais e com os magistrados.

Basta ver o que se passou com as recentes alterações às leis penais e processuais penais e nos últimos dias com o novo mapa judiciário. Veja-se o que se ia acontecendo com os poderes do PGR na nomeação dos procuradores distritais; e o que está para acontecer com a criação da figura de juiz-presidente dos tribunais de comarca – reduzidos, na mais benigna das interpretações, a meros gestores.

Nesta cruzada, o Governo e o PS têm contado com um aliado involuntário: o bastonário da Ordem dos Advogados. António Marinho Pinto até pode ter razão em muito do que diz, mas tem disparado tanto e para tantos lados que, além do ricochete, vai acertando nos alvos do Governo.

Ora, com tal bombardeamento, se mal estava, pior vai ficando o edifício da Justiça. O mais grave é que qualquer dia vão-se os alicerces. E, aí, este poder político não desperdiçará a oportunidade.



Chacun à sa place... Não dá para acreditar: alguém se lembrou de depositar um conjunto de ferros, parcialmente pintados e parcialmente enferrujados, e mais uns pneus velhos em plena frontaria do Mosteiro dos Jerónimos. Não, não foi por engano ou acto de vandalismo. Foi por iniciativa da EDP e do seu programa das 7 Maravilhas – a empresa convidou «sete artistas plásticos para fazerem intervenções artísticas nas sete maravilhas de Portugal». E a Câmara autorizou? Há que concluir, portanto, que aquele conjunto de ferros e de pneus em frente aos Jerónimos se trata de uma obra de arte. Pode até ser injusto para o escultor, Pedro Cabrita Reis, mas nem a obra nem o enquadramento são felizes. Que o digam os turistas...

POSITIVO

LISBOA e Porto estão diferentes... para melhor. Em tempo de férias, passa a ser possível transitar tranquilamente nas duas maiores cidades do país, sem engarrafamentos nem os sempre desesperantes pára-arranca, mesmo nas chamadas horas de ponta. E até o estacionamento nas zonas mais concorridas deixou de ser um problema. É o lado positivo para quem está de plantão no trabalho ou, por qualquer outra razão, não pode migrar para paragens mais convidativas e de veraneio – algumas das quais herdadas, por mês e meio que seja, o inferno automobilístico das áreas metropolitanas. Não se conclua, por isso, que é por causa da crise e da alta dos preços dos combustíveis – afinal, os portugueses foram dos europeus que mais carros compraram nos últimos tempos. E continuam a andar por aí.

NEGATIVO

O PREÇO de alguns bens atingiu valores absolutamente estapafúrdios. O litro do gasóleo e da gasolina, a rondar um euro e meio, é um exemplo. Mas há muitos outros. É normal que uma garrafa de água, lisa ou com gás, com apenas 25 cl, numa esplanada qualquer, chegue aos dois euros – quando um e litro e meio num supermercado não passa dos 50 cêntimos. Que um galão ou um chá com uma torrada ou um bolo sosem quase cinco euros. Ou que o aluguer de um chapéu de sol ou de um toldo com uma cadeirinha ou uma espreguiçadeira, por cada dia de praia, vá para além dos 20 euros. E por aí fora... Só que enquanto os preços da gasolina e do gasóleo geram protestos e manifestações, os outros pagam-se e ninguém se queixa... ou, pelo menos, ninguém refila.